



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 25 DE SETEMBRO DE
2015**

NÚMERO 4

INICIO 20.30 HORAS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2015 -----

Nº. 04/2015 -----

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital número catorze barra dois mil e quinze, de quinze de setembro de dois mil e quinze, tendo comparecido os seguintes Vogais: - António Manuel dos Santos Mendes, Rogério Paulo de Sousa Palácio; Maria do Rosário Costa Martins; Célia Maria Rodrigues Abreu; Rui Manuel Ferreira; Celestino da Cruz Freire; Sónia Cristina Marques Varino; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Virgílio Manuel Rosa André; Raquel Martins Gaspar; Mário Rodrigues Pereira; João Carlos Baião da Silva; Jorge Manuel Louro Pereira e António José Calado Martins Pinheiro. -----

Estiveram presentes os seguintes elementos do Executivo Municipal: - Presidente – Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim; Vereadores – Daniel Freire da Encarnação Martins; António Luís Fernandes Mendes, Arsénio Oliveira Cristóvão e Natércio Francisco Canelhas Candeias. -----

Também esteve presente para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira. -----

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Manuel dos Santos Mendes, 1.º Secretário - Rogério Paulo de Sousa Palácio, 2.º Secretário - Maria do Rosário Costa Martins. -----

ABERTURA -----

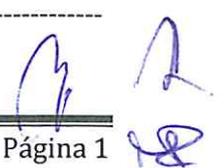
Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo cumprimentado todos os presentes. Em seguida iniciou os trabalhos com o período antes da ordem do dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Não houve intervenções. -----

Concluído o período antes da ordem do dia, a segunda secretária procedeu à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos, que o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação dos vogais, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Período da Ordem do Dia -----



1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da Percentagem de participação variável de IRS pretendida pelo Município, para aplicar em 2016, nos termos e em conformidade com o que determinam a alínea c) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada, conjugado com o art. 26.º da mesma Lei; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação das taxas referentes ao IMI – Imposto municipal sobre imóveis, previstas nas alíneas b) e c) do art. 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, com referência a 2015 e para vigorarem no ano de 2016;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação do lançamento da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, relativamente ao rendimento gerado na área do Município, com referência a 2015 e a aplicar em 2016; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2016; -----
6. Análise, discussão e eventual aprovação do projeto de regulamento “Programa Constância Maior Valor”; -----
7. Análise, discussão e eventual aprovação do modelo de estrutura orgânica e do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas da Câmara Municipal de Constância; -----
8. Análise, discussão e eventual aprovação da alteração do mapa de pessoal de 2015; -----
9. Análise, discussão e eventual aprovação da abertura de procedimento concursal comum a candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para assistente técnico na área de expediente e arquivo da Unidade de Serviços Sociais, Saúde, Educação Cultural, Desporto e Turismo; -----
10. Análise, discussão e eventual aprovação da abertura de procedimento concursal comum a candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para assistente técnico na área da gestão e planeamento urbanístico da Divisão Municipal de Serviços Técnicos; -----
11. Análise, discussão e eventual aprovação da abertura de procedimento concursal comum a candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para a assistente operacional (cemitérios) na área de ambiente e serviços urbanos da Divisão Municipal de Serviços Técnicos; -----
12. Análise, discussão e eventual aprovação de proposta de Revisão ao Orçamento Municipal e GOP’s de 2015; -----
13. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de aquisição de unidades de participação na A.Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos; -----



14. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de atribuição de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 2.º grau do Município de Constância; -----
15. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da câmara Municipal nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
16. Outros assuntos de interesse. -----

1. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

2. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PRETENDIDA PELO MUNICÍPIO, PARA APLICAR EM 2016, NOS TERMOS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINAM A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART. 25.º DA LEI N.º 73/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA VERSÃO ATUALIZADA, CONJUGADO COM O ART. 26.º DA MESMA LEI; -----

Presidente da Câmara Municipal – Manifestou disponibilidade para esclarecer qualquer dúvida de natureza técnica ou política, decorrente da documentação já distribuída relativa ao assunto. -----

Vogal Célia Abreu (PS) – Aludindo às alterações ocorridas nos escalões do IRS que determinaram um maior volume de pessoas a pagar este imposto, acharia por bem a câmara diminuir a percentagem, de forma que todos munícipes pagassem um pouco menos. -----

Proposta aprovada por maioria com dez votos a favor da bancada da CDU e cinco abstenções, sendo quatro da bancada do PS, uma da bancada do CDS-PP. -----

3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DAS TAXAS REFERENTES AO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, PREVISTAS NAS ALÍNEAS B) E C) DO ART. 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, COM REFERÊNCIA A 2015 E PARA VIGORAREM NO ANO DE 2016; --

Vogal Célia Abreu (PS) – Informou que a bancada do PS é a favor do IMI social, mas é contra o IMI com taxa 0,37%, e votariam contra.-----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Efetuou uma breve reflexão sobre as receitas vindas do IMI nos últimos anos, dizendo que a câmara municipal em 2012 recebeu 310.000 euros, com uma taxa máxima de 5%, em 2013 e 2014 recebeu 260.000 euros o que significa uma quebra de receita de 2012 para 2013, cerca de 50.000 euros e em 2014 cerca de 30.000 euro. Considerou que a redução de 0,40% para 0,37% é uma correção importante, associado à introdução dos fatores de natalidade, é uma decisão que vem ao encontro das atuais necessidades das famílias. -----

Vogal Célia Abreu (PS) - Disse que lhe parece não estar prevista a isenção automática para as pessoas com rendimentos inferiores a 14,000 euros, e valor patrimonial inferior a 66,000 euros, pelo que gostariam de saber se a Câmara já tem algum estudo no impacto que esta medida vai ter no concelho. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou à Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira para responder à questão. Informou que o número de agregados familiares só chegaram no dia passado dia 15 às 16:56 e foi com esses dados que se fizeram os cálculos. -----

Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo - Relativamente ao IRS ainda não se fez projeção porque é necessário conhecer qual o valor patrimonial dos imóveis associados a quem tem o IRS mais baixo e ainda não se dispõe desta informação. As finanças apenas enviaram informação dos valores patrimoniais de acordo com os agregados familiares, embora sendo uma informação escassa já permitiu refletir o impacto na receita de IMI.-----

Proposta aprovada por **maioria** com dez votos a favor da bancada da CDU e cinco abstenções, sendo quatro da bancada do PS, uma da bancada do CDS-PP. -----

4. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO LANÇAMENTO DA DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS, RELATIVAMENTE AO RENDIMENTO GERADO NA ÁREA DO MUNICÍPIO, COM REFERÊNCIA A 2015 E A APLICAR EM 2016; -----

Sem intervenções. Proposta aprovada por **maioria** com catorze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e quatro da bancada do PS, uma abstenção da bancada do CDS-PP. -----

5. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2016; -----

Presidente da Câmara Municipal – A proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem, é uma taxa que resulta da utilização das infra- estruturas subterrâneas por algumas Empresas principalmente comunicações. No ano passado foi recebido cerca de 1.123,00 euros. Referiu que se vai perder esta receita considerada irrisória e que as entidades repercutem esse valor nas faturas dos seus clientes. A taxa municipal de direitos de passagem pode também ser irrisória para o utente, mas ainda assim é uma taxa. ----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Referiu que a bancada da CDU concorda com a decisão, sendo um imposto irrisório, não deixa de ser um imposto. Contudo, espera-se que as entidades efetivamente o retirem do recibo apresentado as pessoas. Será importante que se esteja atento a partir de Janeiro, no sentido de validar as consequências da decisão tomada. -----

Proposta aprovada por unanimidade. -----

6. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO “PROGRAMA CONSTÂNCIA MAIOR VALOR”; -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao vereador Daniel Martins para contextualizar o assunto enquadramento, dado que foi ele que acompanhou a elaboração e a adaptação dos regulamentos anteriores que existiam sobre estas matérias, lembrou ainda que este regulamento já passou por um período de discussão pública e não foi registado nenhuma sugestão. -----

Vereador Daniel Martins – Referiu ser um documento resultante da atualização de alguns regulamentos atualmente em vigor. Encontra-se dividido em quatro ações e algumas sub-ações. A primeira ação, denominada Viver em Constância, tem como objetivo permitir que as famílias com rendimentos baixos possam aceder à habitação social, ou obter bonificação na renda, permite encontrar o meio-termo entre a habitação social e o arrendamento normal. Engloba ainda as hortas comunitárias, caracterizadas pela utilização de terrenos agrícolas, de propriedade da Câmara Municipal, por parte dos residentes do concelho. A ação 2 - Investir em Constância tem por objetivo tornar os espaços não habitacionais, normalmente denominados para comércio ou serviços, que estão devolutos, de modo a que possam ser melhorados e arrendados a custos que permitam iniciar um negócio. A ação 3 – cidadania ativa integra o apoio ao associativismo no concelho, em que todas as associações puderam dar opinião sobre o regulamento. A segunda sub-ação é o voluntariado local que tem como objetivo criar uma estrutura organizadora do banco de voluntariado no concelho, a funcionar durante o ano não só em atividades ou eventos municipais. A ação 4 - pretende valorizar o apoio a estudantes do ensino superior e atribuição de bolsas de estudo. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Considerou ser um documento extenso, lamentando não ter sido distribuído atempadamente para análise dos vogais, pois é um documento muito importante para o concelho de Constância.-----

Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo - Questionou se os bens patrimoniais integram a fórmula do cálculo para a atribuição das bolsas de estudo. -----

Vereador Daniel Martins – Referiu que será possível a comissão de análise ter conhecimento de todo o património. Relembrou que o próprio título da bolsa, antes focado nos estratos sociais desfavorecidos, neste momento são bolsas de estudo para ensino superior. -----

Proposta aprovada por maioria com catorze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e quatro da bancada do PS, uma abstenção da bancada do CDS-PP. -----

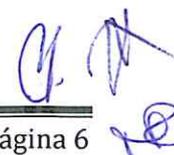
7. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA E DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS E SUBUNIDADES ORGÂNICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA.-----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu tratar-se da adaptação da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Constância à legislação atual. Tratando-se de um documento de natureza técnica, solicitou que a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo fizesse o enquadramento da alteração introduzida. -----

Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo – Referiu que a alteração proposta decorre de alterações legislativas ocorridas em 2012 que obrigou à reformulação das estruturas orgânicas dos municípios, em 2013 foi submetida a deliberação da assembleia municipal o número máximo de unidades orgânicas e a proposta de regulamento da organização dos serviços municipais. Com interpretação da legislação verificou-se ao nível de chamada sub-unidade orgânica uma incorreção que se pretendeu corrigir com esta proposta de alteração. O município de Constância passou estar limitado a duas unidades orgânicas com dirigente intermédio de segundo grau, temos duas divisões e temos uma unidade orgânica de terceiro grau á qual estará associado um dirigente de terceiro grau. Pretende-se que permanecerem as duas divisões a divisão municipal de serviços técnicos e a divisão municipal administrativa e financeira e uma unidade de serviços sociais de saúde, educação, cultura, desporto e turismo. Para além disso cabe á assembleia municipal para além de definir o número máximo de unidades orgânicas cabe á assembleia municipal aprovar também o número máximo de sub-unidades orgânicas, as sub-unidades orgânicas de acordo com a legislação significam as antigas secções que tinham um coordenador técnico associado no caso do município de Constância temos no momento quatro lugares de coordenação técnica um dos quais ficou desprovido pela aposentação de uma das coordenadoras técnicas do município nesta caso a proposta que temos é no sentido de transferir essa sub-unidade orgânica da divisão municipal de serviços técnicos duma área para uma outra área. O que se propõem é uma adequação da antiga subunidade orgânica. Relativamente á divisão municipal de serviços técnicos, tomo a liberdade de passar a palavra Engenheiro Heitor para justificar as alterações na divisão municipal de serviços técnicos. -----

Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos Jorge Heitor - Na divisão municipal dos serviços técnicos existiam dezassete núcleos divididos por áreas do ambiente, ordenamento do território, licenciamento de obras particulares, fiscalização, empreitadas de obras por administração direta, transportes, comunicações, cemitérios, era muito extensa o que se entendeu ao longo deste dois ou três anos, agrupar algumas destas áreas, e reduzir para quatro núcleos.-----

Proposta aprovada por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e um da bancada do CDS-PP, quatro abstenções da bancada do PS. -----



8. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DE 2015; -----

Proposta aprovada por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e um da bancada do CDS-PP, quatro abstenções da bancada do PS. -----

9. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM A CANDIDATOS SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, PARA ASSISTENTE TÉCNICO NA ÁREA DE EXPEDIENTE E ARQUIVO DA UNIDADE DE SERVIÇOS SOCIAIS, SAÚDE, EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E TURISMO; -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que seja distribuído uma proposta de correção e indicou à **Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo** que explicasse a nova redação relativamente ao ponto nove, dez e onze. -----

Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo – Clarificou que o ponto nove tem uma incorreção na ordem dos trabalhos, o lugar a prover seja para assistente técnica na área da gestão e planeamento urbanística da divisão municipal de serviços técnicos. Relativamente ao ponto dez, o lugar de assistente técnico inicialmente previsto para a área do arquivo de DMAF ser previsto no mapa do pessoal para a área de expediente e arquivo da unidade orgânica dos serviços sociais, educação, cultura, desporto e turismo. -----

Presidente da Assembleia Municipal - Solicitou novos esclarecimentos, pois esta informação poderia ter sido entregue antes de ser aprovado a ordem de trabalho e assim já se incluía com essas correções. Perguntou se do ponto de vista legal é admissível a assembleia municipal alterar a ordem de trabalhos neste momento, dizendo que tem duvidas mas certamente a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo poderá esclarecer. -----

Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo - Confirmou que foi um lapso dos serviços, mas se na assembleia ninguém se opor perante a correção, seria distribuído a versão corrigida.-

Presidente da Assembleia Municipal – Constatando não haver oposição ao solicitado, autorizou distribuição da versão corrigida. -----

Proposta aprovada por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e um da bancada do CDS-PP, quatro abstenções da bancada do PS. -----

10. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM A CANDIDATOS SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO,

PARA ASSISTENTE TÉCNICO NA ÁREA DA GESTÃO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS; -----

Sem intervenções. -----

Proposta aprovada por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e um da bancada do CDS-PP, quatro abstenções da bancada do PS. -----

11. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM A CANDIDATOS SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, PARA A ASSISTENTE OPERACIONAL (CEMITÉRIOS) NA ÁREA DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS; -----

Vogal Filipa Ferreira (PS) – Referiu que a bancada do partido socialista tem vindo a abster-se nos pontos em análise e votação pelo facto de considerar ser uma mera organização e trabalho de quem gere. -----

Proposta aprovada por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e um da bancada do CDS-PP, quatro abstenções da bancada do PS. -----

12. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GOP'S DE 2015; -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que a presente revisão se impõe, como referido na informação técnica e resulta do ocorrido com o centro escolar de Montalvo. -----

Proposta aprovada por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e um da bancada do CDS-PP, quatro abstenções da bancada do PS. -----

13. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NA A.LOGOS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ASSESSORIA E ENSAIOS TÉCNICOS; -----

A vogal Sónia Varino (CDU) solicitou autorização para se ausentar da sessão evocando interesses de natureza profissional no conteúdo deste ponto. -----

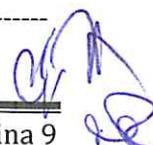
Presidente da Câmara Municipal – Contextualizou a proposta clarificando que consiste na aquisição de unidades de participação no valor de cinco mil euros, proporcional às unidades de participação detidas pela

Câmara Municipal de Constância, justificou a sua necessidade face a algumas dificuldades financeiras da A.LOGOS. Referiu ainda a existência de uma reestruturação financeira e orgânica da própria associação. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Referiu que a A. Logos enquanto associação não passa de uma empresa com um importante trabalho para o concelho, para outras empresas da zona e para concelhos vizinhos. No entanto há algumas dúvidas que ficam por esclarecer, por exemplo como é que uma empresa que foi constituída há mais de uma dezena de anos acumula uma dívida cerca de quatrocentos mil euros. Compreende a necessidade de reforço de tesouraria, havendo investimento. Salientou que no documento apresentado a esta Assembleia nada diz ser para reforço da tesouraria, dizendo que nesse sentido reserva o direito de se abster em relação a este ponto. -----

Vogal Célia Abreu (PS) – Referiu que o documento indica que face á situação difícil de tesouraria se solicitou um aumento de capital, mas não se percebe como se faz um aumento de capital para suprir necessidades de tesouraria, para além disso não há uma demonstração de resultados, parece que a empresa está endividada não se entende se são dívidas de clientes.-----

Presidente da Câmara Municipal – Elucidou do percurso histórico da A.LOGOS enquanto SEGAT, posteriormente LABGAT com funcionamento ligado ao GAT de Abrantes, respetiva autonomização com a participação de vários municípios, que entenderam haver um mercado local, regional que justificava a construção de um laboratório. Houve candidatura a fundos tendo sido aprovada com financiamento e foi construído em terreno da Camara Municipal de Abrantes. Considera que se eventualmente houve má gestão, também o mercado foi sendo mais competitivo levando a que a A.LOGOS participasse em concursos com preços competitivos. Referiu ainda que a situação financeira da A.LOGOS se tornou mais difícil após a lei dos compromissos. O investimento efetuada pelas diferentes Câmaras Municipais foi destinado à obra do edifício, tendo a participação sido convertida em unidades de participação. Face às dificuldades de tesouraria a A. LOGOS contraiu alguns empréstimos e surge a necessidade de renegociação destes, contra hipoteca do edifício. Sendo que há quatro meses para além da hipoteca do edifício, a entidade bancária exigiu o aval pessoal dos elementos da direção e portanto Júlia Amorim, o Vasco e o João Gomes não dão avales pessoais porque já deram no passado tem lá cem mil euros e portanto não fazem avales pessoais de quatrocentos mil euros. Por outro lado estavam em causa vários postos de trabalho. Por intermédio de uma empresa que nos está a dar apoio de assessoria, dão-nos a esperança e o acreditar de que é possível reverter a situação alargando o mercado e ao mesmo tempo mantendo os postos de trabalhos tendo em conta também alguma expectativa de candidaturas aos fundos comunitários, para substituição de alguns equipamentos mais modernos. Desta forma clarificou ainda que uma das possibilidades de a entidade bancária prescindir dos avales pessoais é ter a possibilidade de as camaras municipais assegurarem algum investimento. Polo exposto considerou que a Câmara Municipal de Constância não deve sair da A.LOGOS mas antes proceder à aquisição de unidades de participação no valor de cinco mil euros. -----



Vogal Raquel Gaspar (CDU) – Disse que a informação que foi dada a nível financeira é escassa não permite fazer uma análise correta e desconhece-se se foi feito algum estudo económico e financeiro que dê alguma garantia que daqui a algum tempo não esteja a ser necessário um novo recurso? -----

Presidente da Câmara Municipal - O estudo económico-financeiro que foi realizado baseia-se em perspetivas de futuras áreas de negócio, que se designadamente aumentarem a carteira de clientes e muito concretamente conseguirem uma prestação de serviços com uma empresa Norueguesa e eventualmente ganhar um contracto por três anos, garante a sustentabilidade económica e será a grande aposta. -----

Vogal Celestino Freire (CDS-PP) – Referiu que perante as incertezas ou as duvidas da bancada do Partido Socialista e de alguns outros vogais da CDU, acrescido do facto de que a intervenção da senhora presidente da camara não convenceu muito, disse que o seu o voto vai ser contra. -----

Proposta aprovada por **maioria** com oito votos a favor da bancada da CDU, um voto contra da bancada do CDS-PP e quatro abstenções da bancada do PS. Encontravam-se momentaneamente ausentes da sala as Vogais Sónia Cristina Marques Varino e Maria do Rosário Costa Martins. A bancada da CDU apresentou declaração de voto. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) - Apresentou declaração de voto (*Anexo1*). -----

14. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 2.º GRAU DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA; -----

Presidente da Câmara Municipal – Clarificou que o assunto se refere a despesas de representação dos chefes de divisão, cujo montante é de cento e noventa e quatro euros setenta e nove cêntimos, e cabe à assembleia municipal definir se podem ou não receber este valor, que estão calculadas segundo a lei. De seguida pediu à Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo para contextualizar. -----

Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo - A proposta de autorização pretende definir se os dirigentes intermédios de segundo grau continuarão o auferir o valor que está previsto em portaria mas que inicialmente não carecia de deliberação da assembleia municipal e com a adaptação da lei em 2012 face á legislação que estipulou que compete à assembleia municipal a aprovação deste abono mensal. Face ao exposto e no sentido de regularizar o que está para trás e definir o que futuramente ocorrerá coloca-se então á consideração da assembleia municipal aprovar o pagamento aos chefes de divisão deste montante e com efeitos retroativos á data de 2012, e se confrontados com alguma auditoria de inspeção-geral de finanças, se conseguir justificar que foi detetado a falta de cumprimento de legislação mas foi regularizada. -----



Proposta aprovada por **unanimidade**. -----

15. APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NRº2 DO ART.º 25 DA LEI 75 DE 2013 DE 12 DE SETEMBRO; -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Manifestou apreensão relativa a ausência de informação sobre a receita da derrama. Referiu ainda que tem assistido ao facto de a lei das finanças locais nunca ter sido cumprida, assim como preocupação pelo crescimento contínuo dos impostos IRC, IRS e IVA. -----

16. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) - Questionou novamente se existe informação sobre o valor da derrama. -----

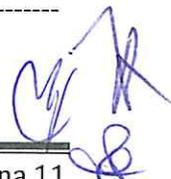
Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo – Informou que ainda não existe qualquer informação sobre a derrama, mas existe a expectativa de chegar até final do próximo mês se não terão de confrontar as finanças.-----

Vogal Virgílio André (CDU) - Na conferência dos montantes considerados para o SIAL para pagamentos em atraso, e mais á frente tem pagamentos em atraso 96 dias também vem aqui entre os 90 e os 120 dias e depois vem a divida entidade credora por período á data 31/8, parece ser coisas diferentes mas como não é fácil lidar com estes mapas e continuou dizendo que aguarda aquele estudo que pediu para fazer no sentido de saber a situação dos empréstimos. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo – Apresentou a disponibilidade da junta de freguesia para colaborar nos pagamentos da água em virtude destes passarem a ser efetuados por intermédio de multibanco ou na Camara Municipal. -----

Vogal Celestino Freire (CDS-PP) – Começou por colocar algumas questões: disse que já tinha sido anteriormente abordado a questão da insegurança de uns baloiços, um escorrega que existiam a montante do açude de Santa Margarida, na altura foi dito que a solução passava por a deslocação para outro local. Contudo o que se passou é que foi retirado e simplesmente desapareceu, não foi recolocado e as crianças da Aldeia ficaram sem nada. Referiu ainda que o espaço do açude se tem vindo a deteriorar e não tem sido alvo de reparações. Também as intervenções para descobrir a boca da mina contribuíram para essa degradação, pelo que pergunta ao executivo se foi feito algum levantamento dos custos, para repor a situação.

Presidente da Assembleia Municipal - Respondeu que habitualmente faz caminhadas e teve a oportunidade de ver sinais de vandalismo e destruição dos candeeiros e dos pimenteiros e admite que o executivo terá dificuldades na conservação deste espaço.-----



Vogal Celestino Freire (CDS-PP) - Voltou a colocar a questão dizendo que houve um levantamento técnico à procura da boca da mina em que tendo também ajudado a deteriorar o local. Alertou também para a falta de segurança no acesso à zona de pesca. Por fim perguntou de quem é a responsabilidade da deslocação dos transportes que desloca as crianças para escola e para o secundário? Porque tem verificado que um autocarro é pouco para tanta criança, e as crianças veem sentadas na escadaria e de pé. -----

Presidente da Câmara Municipal – Agradeceu a disponibilidade apresentada pela Junta de Freguesia, relativamente à questão do pagamento da água. Relativamente à intervenção do senhor Celestino Freire foi tomado boa nota, agradeceu a intervenção e sugestões. Relativamente ao transporte escolar tem informação de haver um desdobramento e nunca tinha sido relatado tais factos. É a rodoviária que faz esse transporte que é considerado um transporte público e a intervenção da direção do agrupamento, é que nem sempre é muito fácil justificar perante a rodoviária o facto de nós dizermos que os meninos vão de pé, não tem segurança, e porque é considerado um transporte público, mas a rodoviária costuma estar sensível a prolongar o desdobramento, mas se a direção do agrupamento já tiver conhecimento desta situação já terá com certeza enviado esforços para tentar a solucionar este problema. O vereador Daniel fará chegar esta informação ao agrupamento, pois esta preocupação também é nossa, todos queremos que as crianças circulem em segurança. Relativamente às outras questões pediu ao vereador Arsénio que de uma forma breve desse algumas explicações.-----

Vereador Arsénio Cristóvão – Na sequência da questão colocado pelo vogal Celestino informou que a situação dos baloiços já foi conversada com o senhor presidente da Junta de Freguesia e concluiu-se repensar outro local para a sua colocação. Relativamente ao espaço do açude disse que de facto foi um trabalho moroso, mas descobriram a boca da mina, ao contrário do que se disse. Contudo, nem tudo correu bem e não havia acesso à restante galeria, o que impediu de continuar, agora ir-se-á proceder à regularização do terreno assim como a pavimentação. Quanto à iluminação disse que os cabos foram vandalismo e destruídos todos os candeeiros e os pimenteiros, disse que está feita uma candidatura afim de serem substituídos os candeeiros. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) - Questionou se a camara municipal já deu inicio ao processo de renegociação dos juros relativos a empréstimos contraídos, assunto já abordado em assembleias anteriores. Referiu que no inicio das aulas no concelho se verificou um aumento significativo do numero de alunos, isto só pode ser fruto do trabalho desenvolvido pelos intervenientes locais, o que é motivo para a assembleia municipal e os autarcas se congratularem com este facto. -----

Presidente da Câmara Municipal - Informou que a camara municipal é uma entidade pública que se rege por legislação e designadamente no que diz respeito aos empréstimos, e ao contrário do que acontece nas empresas e em nome pessoal que em qualquer altura se pode renegociar, com a administração pública as

coisas não se passam exatamente assim, essa tem sido uma preocupação do executivo municipal e está a envidar esforços para obter essa renegociação. Pediu à Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo para explicitar as regras e dificuldades que existem.-----

Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Marisa Figueiredo – Referiu que o orçamento de estado 2015 prevê a possibilidade de contrair outro empréstimo para regularizar o anterior, com condições mais favoráveis se eventualmente o mercado assim aceder. Contudo, tal como em futuros procedimentos de contratação de dívida é feita consultas aos bancos, que apresentam propostas, e será aceite a proposta que for mais favorável. Significa isto que futuramente não se tem legitimidade para propor novas negociações de empréstimos sem abrir novo procedimento. O orçamento de estado 2015 prevê que se pode contrair um novo empréstimo para pagar o anterior, desde que não se aumente a dívida total do município e o prazo de reembolso e condições de amortização do novo empréstimo sejam idênticas ao previsto no empréstimo a liquidar antecipadamente. Terá que ser analisado empréstimo a empréstimo, verificar quais são condições atuais do empréstimo e então concluir se vale ou não ir renegociar esse empréstimo. Esse trabalho já foi iniciado mas por falta de tempo, porque é um trabalho moroso e exige rigor, sob pena de posteriormente não ter aprovação do Tribunal de contas e identificados problemas no procedimento de contratação. Analisados os empréstimos com *spread* elevado, atendendo que são empréstimos, alguns muito antigos, foram confrontados estes *spreads* com os contratos de empréstimo para validar se efetivamente os que constavam nos mapas eram os que foram contratados e chegamos à conclusão que não se pode aumentar o prazo do empréstimo, assim não compensaria e foi esta a proposta que foi enviada a senhora presidente, apenas compensaria colocar no mercado o empréstimo relacionado com o centro escolar de Santa Margarida no valor de oitocentos mil euros com euribor contratado a três meses e um *spread* um ponto nove dois cinco, isto porque a conclusão do empréstimo é só 2030. Em relação ao PASM tem um valor utilizado de cento e oito mil euros, capital em dívida ronda os noventa e cinco mil e só termina em 2030 com *spread* de três vírgula seis dois quatro. A ponte metálica sobre o rio Tejo o valor utilizado foi de cento e quarenta mil euros temos um capital em dívida que ronda os cento e vinte mil euros, terminará em 2021, o *spread* é de seis por cento embora termine em 2021 face ao *spread* que foi proposto para o centro escolar de Montalvo com certeza teremos aqui uma proposta mais favorável. O mesmo para o centro escolar de Constância cujo valor utilizado é de trezentos mil euros o valor atual em dívida ronda os duzentos e cinquenta mil euros falta igualmente seis anos termina em 2021 mas o *spread* contratado é excessivo são seis por cento também deverá valer a pena e a renegociação está feita; a senhora presidente já fez o despacho agora é desenvolver o procedimento concursal, e pedir propostas. Referiu ainda que este novo procedimento obrigatoriamente terá de ser submetido a visto de tribunal de contas no ano de 2015, sendo que os municípios que não ultrapassem o limite da dívida previsto no artigo 52 da lei 73, podem contrair empréstimos a médio e longo prazo para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros

empréstimos em vigor a trinta de Setembro de 2014, desde que na contração do novo empréstimo se verifiquem as condições enunciadas. Portanto parece-me que este artigo vem reforçado o facto de nós não podermos negociar os empréstimos que atualmente estão a decorrer. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Disse que a explicação dada anteriormente, deveria ter sido distribuída aos vogais. Sobre a situação do centro escolar de Montalvo, questionou qual o valor da garantia bancária dado pela empresa que tinha como responsabilidade a construção do centro escolar. -----

Presidente da Câmara Municipal - Relativamente à questão do centro escolar, disse ter sido aprovado no dia anterior, a resolução de contrato com a aplicação das multas previstas na legislação por via da paragem dos trabalhos, que ronda cerca de cinquenta mil euros. Quanto à garantia bancária solicitou ao Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, engenheiro Jorge Heitor para objetivar mais a explicação. -----

Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos Jorge Heitor – Referiu que o valor da obra foi adjudicado por cerca de um milhão e sessenta e três mil euros, sendo que o valor da garantia é de dez por cento desse valor, ou seja cento e seis mil e trezentos euros, tendo a empresa apresentado uma garantia bancária do total. -----

Vogal Celestino Freire (CDS-PP) – Questionou se a rega do pavimento sintético já foi resolvida. -----

Vereador Arsénio Cristóvão – Referiu que o sistema de rega para o sintético é uma situação que obriga a fazer uma travessia na estrada nacional para trazer a água da zona industrial. As condições de conservação implicam que o campo seja regado na época do verão, uma vez de quinze em quinze dias. Aguarda-se a todo o momento a oportunidade para colocar água provinda do furo. -----

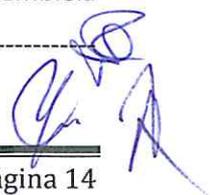
APROVAÇÃO EM MINUTA -----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO -----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e vinte cinco minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

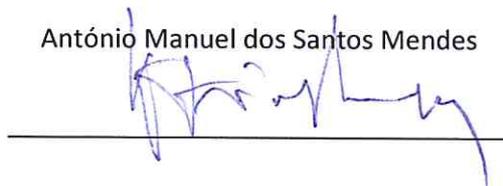
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----



A Mesa da Assembleia Municipal,

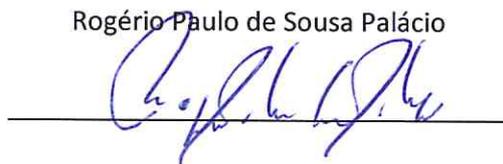
Presidente

António Manuel dos Santos Mendes

Handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line.

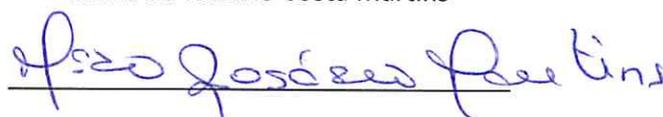
Primeiro Secretário

Rogério Paulo de Sousa Palácio

Handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line.

Segundo Secretário

Maria do Rosário Costa Martins

Handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line.



Handwritten signature and initials.

Aquisição de Unidades de Participação da A. Logos

Declaração de Voto

Face à informação apresentada pela A. Logos, nomeadamente a fundamentação que sustentou a decisão da Assembleia Geral daquela entidade e ainda a informação da Divisão Administrativa e Financeira em que se baseou a decisão da Câmara Municipal de Constância sobre a aquisição de unidades de participação os eleitos da CDU vêm declarar o seguinte:

- A A. Logos, pela especificidade do seu trabalho no âmbito das análises é uma entidade essencial ao desenvolvimento da nossa Região,
- Os serviços prestados atempadamente às mais diversas entidades, particularmente às autarquias mas também a todo o tipo de empresas e particulares tornam esta empresa formada com capitais dos Municípios de Abrantes, Constância e Mação, num organismo estratégico no apoio à comunidade,
- Não é de todo compreensível que, ao que nos é dado conhecer, com alguma frequência a A. Logos passe por constrangimentos financeiros a ponto de não conseguir fazer face aos compromissos assumidos,
- Acreditando na implementação das medidas de reestruturação apontadas nas informações referidas e na importância desta entidade para o nosso Município e para a Região não poderiam os eleitos da CDU na AM de Constância deixar de votar favoravelmente a proposta da Câmara Municipal sobre a aquisição de unidades de participação,

- As potencialidades da A. Logos e o empenho ~~empenho~~ profissional de todos quantos nela desenvolvem o seu trabalho leva-nos a pensar não ser razoável futuramente, o contributo extraordinário dos municípios, *Fazendo votos para*

que a estabilidade regressa rapidamente à A. Logos.

Os eleitos da CDU

Roguel Caspar

António Pereira
[Handwritten signatures]

Constância, 25 de Setembro de 2015